

Telejornalismo: o exercício do Jornalismo quadro “Cadê o dinheiro que tava aqui”/ Fantástico¹

Carla Ramalho Procópio²

Iluska Maria da Silva Coutinho³

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG.

Resumo: Na modernidade dos tempos e com a dinamização da linguagem informativa, a função social do jornalismo ainda é cumprida nos programas de televisão? O presente artigo procura analisar como é construída a relação entre o jornalista e a população no quadro “Cadê o dinheiro que tava aqui”, veiculado na TV Globo, no programa Fantástico. Na pesquisa, procura-se analisar quais são os elementos que fazem a mediação entre os denunciadores (público) e os jornalistas, que exercem função investigativa. Além disso, busca-se analisar em que medida quadro é marcado pelo exercício do jornalismo público, e como são problematizadas as questões da denúncia, que giram em torno da temática corrupção.

Palavras-chave: telejornalismo; serviço público; mediação; Fantástico; função.

Seja pública ou privada, a programação da televisão é uma importante ferramenta de construção da atual estrutura social. Por meio do consumo de informação ou de programas de entretenimento, o fluxo televisivo no Brasil permite que pessoas sejam conectadas por redes de interesse, que fazem e mantêm as relações sociais. Entre uma grande variedade de gêneros e formatos audiovisuais há um “personagem” muito importante na programação televisiva que, historicamente, tem o poder de fiscalizar os poderes estruturais de nossa sociedade: o Jornalismo. A atuação principal desse personagem ocorre em geral naqueles programas feitos com a finalidade de expor os mais diversos temas que o jornalismo consegue abordar, no caso da televisão, trata-se do telejornal.

Quando falamos nesse tipo de programa é preciso entender que nas emissoras de TV aberta, de exploração comercial, sobretudo, são os noticiários televisivos que assumem o papel de cumprir com a função de serviço público do jornalismo, ou seja, levar ao telespectador as informações e problematizações de assuntos que influenciam diretamente em sua vida, seja política-econômica-social ou culturalmente. Sendo um formato tão importante e muito presente da vida das pessoas, ele é constantemente atualizado,

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduanda do curso de Jornalismo da UFJF, email: carlaramalho@yahoo.com.br

³ Orientadora do trabalho. Professora Doutora do curso de Jornalismo da UFJF, email: iluskac@globo.com

incorporando novas técnicas e conceitos do novo modo de se consumir informação, influenciado também pelos avanços tecnológicos e comportamentais que essa evolução digital proporciona.

Em um cenário de convergência midiática, o Fantástico, programa tradicional da TV Globo, exibido aos domingos em horário nobre, busca inovar no que se refere à estrutura da informação jornalística veiculada. Historicamente, o programa, do tipo revista eletrônica, já traz a proposta de informar de uma forma diferente, combinando humor e entretenimento ao jornalismo. Na revista eletrônica semanal são apresentadas coberturas detalhadas de importantes notícias, geralmente problematizando-as, como se trouxessem aos bares, praças, escolas, lares novas pautas de discussão. Em sua última mudança estrutural, o programa adotou algumas medidas novas, dentre elas o uso de painéis digitais, a interação de infográficos com os apresentadores e o uso de telas dentro das reportagens, entre outras.

Recentemente um quadro de característica de denúncia foi incorporado à grade do Fantástico. Objeto da análise apresentada nesse texto, o quadro “Cadê o dinheiro que tava aqui” traz aos telespectadores os desdobramentos de investigações realizadas pelo produtor/repórter Eduardo Faustini. Com o objetivo de fiscalizar os gastos do dinheiro público, o repórter averigua as denúncias de gastos indevidos, e flagra grandes esquemas de corrupção desde cidades extremamente pequenas até grandes capitais.

Para entender como se dá a relação do jornalista com o público, que assume no quadro o papel de denunciante, foram tomados como recorte empírico dessa análise dois programas. O estudo levará em conta aspectos relativos ao seu conteúdo e sua estrutura, afim de fazer uma análise sobre a manutenção do jornalismo de serviço público em importantes programas da televisão.

Jornalismo: da função social ao quarto poder

Ao longo de sua história, o jornalismo passou por uma série de transformações que lhe permitiu, e ainda permite que ele se incorpore de novos formatos e roupagens e se aproxime de diversas ciências, cumprindo papéis diferentes. Seja na literatura, dramaturgia, investigação policial, ou na justiça, o exercício do jornalismo se faz uma importante ferramenta para a construção e manutenção do convívio social, especialmente numa democracia, em que ele influencia e participa do desenvolvimento do pensamento social, à medida que traz à tona informações importantes para o livre direito dos cidadãos de se autogovernarem.

O sociólogo Weber, defendeu em 1910, em um pronunciamento no Primeiro Congresso da Associação Alemã de Sociologia que um dos temas considerados pela associação para um estudo científico genuíno é o de uma sociologia da imprensa. Questões hoje identificadas como os critérios de noticiabilidade e suas consequências, as relações de poder da mídia, a estrutura das empresas e a audiência, características dos jornalistas e mudanças dos hábitos de leitura são aspectos colocados em saliência pelo autor, em roteiro de estudos que permanece atual.

Um tema extraordinário, não podemos nos enganar, um tema que irá requerer não apenas meios materiais preliminares, como, de modo algum, caso os círculos dominantes da imprensa não acolham o nosso projeto com grande confiança e benevolência. Se há 150 anos o Parlamento Inglês obrigava os jornalistas a pedir perdão de joelhos diante dele pelo *brech of privilege*, quando informavam sobre as sessões, e se hoje em dia a imprensa, com mera ameaça de não imprimir os discursos dos deputados põe de joelhos o Parlamento; então, evidentemente algo mudou, tanto na concepção do parlamentarismo como na posição da imprensa. (WEBER, 2005, p.14-15)

À medida que as organizações políticas se desenvolveram e as sociedades conquistaram uma vivência democrática, o Jornalismo assumiu cada vez mais sua função social, pois estabeleceu uma conexão com a massa, que confia na mediação feita sobretudo a partir da figura mais visível do repórter. Conexão esta criada através de sua amplitude e alcance, fator que unifica as pessoas, e também através da reputação do jornalismo que, historicamente, participou de momentos muito importantes para a sociedade em geral. Essa relação é uma cadeia duplamente alimentada; de um lado pelo processo de consumo dos espectadores da “mídia”, consumo este revelado na audiência, e por outro, através da entrega ao público informações e entretenimento que ajudam a construir as estruturas sociais nas quais estes indivíduos estão inseridos. “A mídia só é poder, por causa dos efeitos causados na sociedade, cuja parte afetada é justamente aquela que se submete à programação televisiva.” (GUARESCHI, 2007, p.13)

É importante dizer que à medida que o jornalismo traz à sociedade informações importantes sobre todas as partes de nossa estrutura social, ele funciona também como um regulador, influenciador e às vezes educador, de forma que o que é enunciado por meio do Jornalismo é entendido como verdade e tem poder de ser.

E isso graças à capacidade do jornalismo em se instituir como uma forma preponderante de saber-poder. Ao promover a punição da imagem - veredicto impossível para a Justiça-, a mídia consegue adquirir capital simbólico para efetivar-se como instituição reguladora da sociedade contemporânea: aquela que, se não dita as normas de funcionamento das

diferentes instituições, no mínimo exige destas o funcionamento que seria o considerado correto. (MENDONÇA, apud MOREIRA, 2006, p.40)

Apesar de sua importância social relevante há uma contradição aparente entre o jornalismo e o legítimo poder que ele possui; esta seria introduzida pelo tensionamento entre os interesses empresariais por trás dos veículos nos quais o jornalismo é veiculado, e seu caráter público. No primeiro caso, as bases éticas que norteiam o exercício da profissão de jornalista podem (mas não deveriam) ser alteradas por interesses pessoais das detentoras dos capitais das emissoras, revistas, jornais e etc, para beneficiar ou prejudicar quem quer que seja. Já no que diz respeito ao caráter público, é através dele que a função social dos veículos informativos está garantida. Temas como denúncias, educação, cultura e informação são parte dos conteúdos das emissoras de televisão aberta, que por serem concessão pública, deveriam ter sua programação pensada para contribuir com a formação intelectual da sociedade.

Por agir como uma instância crítica e fiscalizadora dos poderes constituídos, como um contra poder, a imprensa passou a ser chamada de quarto poder e a liberdade de imprensa como algo importante e imprescindível para a garantia da democracia numa sociedade. (GUARESCHI, 2007, p. 14)

A televisão brasileira e seus papéis

O nascimento da televisão brasileira ocorreu de forma diferente se comparada ao do resto do mundo. Incorporando elementos do rádio, a programação da televisão no Brasil era composta basicamente de anúncios publicitários e um início do que se considerava uma programação de entretenimento. Por meio de acordos como o Time-Life foi incorporado o modelo norte-americano de se fazer televisão, e isso influenciou diretamente o modo como a TV se desenvolveu no Brasil.

Os Estados Unidos veem a cultura sobretudo como mercadoria, promovendo o entretenimento, a diversão - enquanto os europeus a entendem como um direito humano fundamental, no qual é importante o papel do setor público, contribuindo para formar a cidadania e a liberdade de escolha (RIBEIRO, 2004, p.79-80).

Em pesquisa publicada nos anais do 10º encontro nacional de pesquisadores do jornalismo, Iluska Coutinho analisa o lugar que o (tele)jornalismo ocupou na televisão brasileira

A televisão foi implantada no Brasil em 1950 como uma iniciativa privada, embora o sistema de radiodifusão estivesse ancorado em um ordenamento público e mesmo no uso de um bem comum, o espectro

radioelétrico. Constituídas como empresas comerciais, a maioria das emissoras de televisão são orientadas para a obtenção de lucro, financeiro, obtido sobretudo por meio da veiculação de conteúdo publicitário audiovisual. Ao longo da programação televisiva, estruturada de forma horizontal nos canais abertos, o (tele)Jornalismo representava, ao menos no discurso das emissoras, uma prestação de serviço público.

Atualmente, no Brasil, o jornalismo televisivo ainda ocupa um importante lugar na organização do pensamento social. Sendo a TV o principal veículo de informação de maioria das famílias, muitas vezes é ali onde o único estímulo de pensamento reflexivo acontece. Além disso, a televisão também contribui para a construção dos “laços sociais” (Wolton, 2006) e torna possível o encontro das pessoas estimulado pelo compartilhamento de assuntos e ideias, o que se traduz no conceito de “praça pública”, utilizado por Alfredo Vizeu para tratar do telejornalismo na atualidade (2006).

Entretanto, para iniciar a discussão sobre os diversos papéis que a televisão brasileira ocupa, entraremos em campos que relacionam interesse público e interesse do público. Consensualmente, o primeiro está relacionado à temáticas e questões que são importantes de serem abordadas e mostradas para o cidadão. São em geral questões sócio-político-econômicas e culturais que fazem a diferença na vida das pessoas, no exercício do papel de cidadão e também no cumprimento dos deveres, ou seja, é aquilo que as pessoas *precisam* saber.

Já o segundo, está ligado ao que é de interesse do grande público saber, ou seja, o que lhes desperta a atenção. Geralmente, o termo está ligado à entretenimento e ao sensacionalismo, por representarem características de diversos programas líderes de audiências das emissoras privadas, como *reality shows*, telenovelas, minisséries, programas de humor e formatos de *talk shows* importados de outros países.

Essa relação do que é ofertado na televisão e a formação reflexiva da sociedade deve ser cuidadosamente estudada. Partindo do ponto que se a televisão, um dos mais relevantes meios de comunicação do país, desconsidera determinado assunto, de que forma um cidadão pode lhe considerar importante? É claro que essa relação não é exatamente direta, mas sabemos que a omissão de determinados assuntos pode gerar à longo prazo o efeito de desinteresse por parte do público. É o que acontece, por exemplo, com temáticas relacionadas à educação; ao longo dos anos, as temáticas relacionadas a ela eram rotuladas como “chatas” e monótonas para as emissoras privadas, sendo cada vez mais reduzidas da faixa de horário com maior audiência. O resultado disso é que, atualmente há uma grande

resistência da população em aceitar novos formatos de programas que envolvam este tipo de temática, principalmente quando se trata de educação e cultura.

Para entender melhor como o efeito acontece, Danilo Rothberg traz à tona a discussão da qualidade da TV, colocada em prova quando esquece o compromisso da experiência democrática e de cidadania:

Se as próprias emissoras de TV aberta encontram-se desimpedidas para exibir conteúdo de qualidade notadamente discutível como estratégia para atrair consumidores incautos, e se das próprias emissoras não se exige compromisso com a oferta de programação que informe a experiência democrática e a cidadania, o que dizer da percepção do público em relação à seriedade da própria sociedade em que vive? (ROTHBERG, 2011, p. 11)

De todo modo, a oferta exclusiva de uma das duas bases aqui citadas que orientam a programação seria um risco, à medida que o interesse público é necessário para a manutenção das relações sociais tanto quando o interesse do público, e a oferta demasiada de um ou de outro, cedo ou tarde significará um abandono de público, que migrará para a programação que lhe ofereça as duas coisas.

Acima de tudo, seria essencial determinar se os mass media e os gostos das massas estão necessariamente ligados num círculo vicioso de padrões em decadência ou se uma ação apropriada por parte dos diretores dos mass media poderia levar ao aperfeiçoamento cumulativo do gosto de suas platéias. (LAZARFELD, MERTON, apud LIMA, 2005, p.124)

Sendo assim, o conteúdo dos telejornais ou dos programas informativos da televisão também é afetado pela relação dual entre interesse público e do público. Se observarmos a programação jornalística da TV Globo como referência com significativa centralidade no país, entenderemos que ao longo dos anos seus telejornais foram organizados de forma que propiciassem o casamento entre os dois fatores aqui discutidos. Os telejornais da manhã, trazendo informações relacionadas ao trânsito das grandes capitais, assuntos relacionados à segurança, clima e tecnologia. Ou seja, assuntos que serão importantes ao longo do dia para o telespectador e também que é de seu interesse saber. Já no horário de almoço, horário de descanso para a maioria dos funcionários do país, os telejornais trazem temas interessantes de serem discutidos, como informações internacionais, curiosas, além de trazer sempre algum assunto relacionado à economia e ao mundo profissional em geral, acompanhado também de passagens sobre as principais competições esportivas do Brasil. E finalmente, o jornal da noite, onde estão condensadas as principais informações de interesse nacional, temas como corrupção, grandes crimes, personalidades, grandes capitais, informações internacionais, curiosidades, esportes, cultura, entre outros.

Essa organização se configura em uma estratégia de retenção de público, em que combina a programação do telejornal (que já é diversa, no que diz respeito à conteúdo) com os programas de entretenimento, como filmes, novelas, etc.

Além das mudanças naturais que os avanços tecnológicos trazem, a necessidade de atualização do modelo de jornalismo no Brasil se acelera pela mudança comportamental da sociedade; atualmente os brasileiros estão entre os maiores consumidores de internet do mundo. Há divergência no que se refere à principal mídia em que as pessoas busariam a informação (sites, jornais ou TV); embora não seja o foco deste trabalho discutir o meio mais jornalístico, o modo de consumir a informação necessariamente deve envolver a interatividade, como característica desejável. A possibilidade de participação e construção do “interesse público” e do público é cada vez mais buscada pelos consumidores, e torna-se um diferencial na hora de escolher em qual canal o controle remoto pousará.

De todo modo, para este estudo é interessante observarmos como o jornalismo veio se atualizando na programação, e como essas mudanças tem uma relação direta com o interesse público. De que forma o Jornalismo Televisivo possibilitou mais interações entre os consumidores e os produtores da notícia sem perder a característica de serviço público.

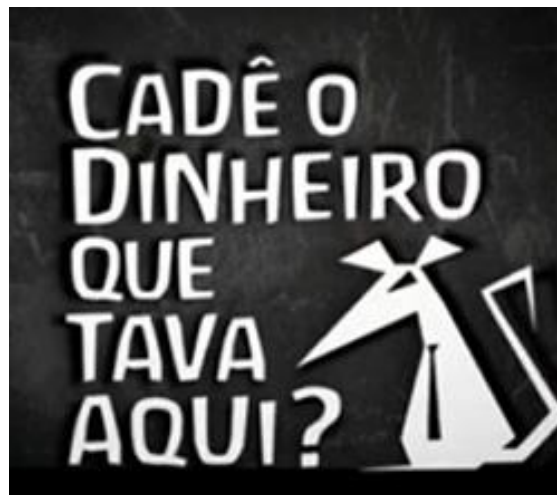
Análise do Quadro “Cadê o dinheiro que tava aqui”

O quadro “Cadê o dinheiro que tava aqui” foi ao ar pela primeira vez no dia 02 de novembro de 2014, no programa Fantástico, veiculado na TV Globo, aos domingos, em horário nobre. Com a proposta de revelar os gastos irregulares de dinheiro público, o repórter Eduardo Faustini nunca aparece diante das câmeras, agindo como um “agente secreto”. Na página oficial do quadro, há a seguinte chamada: “O repórter do Fantástico não pode mostrar o rosto, porque o anonimato é indispensável para o trabalho dele. Por onde passar, esse repórter secreto vai querer saber: “Cadê o dinheiro que estava aqui?”. Dentre os assuntos tratados no quadro, todos estão ligados ao tema da corrupção. Por isso, muitas vezes o repórter precisa se infiltrar em esquemas perigosos, como compra de informações sigilosas, mercado ilegal, entre outros artifícios e estratégias, que guardam relação com o imaginário sobre detetives.

A estrutura do quadro obedece ao padrão dos demais exibidos no fantástico, com duração média de 15 minutos, sem intervalos; possui narração dos apresentadores, que conduzem os telespectadores à investigação depois de divulgarem a chamada, ou seja, dizer sobre o quê de fato se trata o caso investigado. A presença de gráficos e demais artes

ilustrativas são frequentes ao longo da reportagem, já que a análise minuciosa dos dados é o maior trunfo do repórter.

A seleção da pauta da reportagem é feita pela triagem das denúncias recebidas no site oficial do programa. Nele, existe um formulário a ser preenchido com o nome do denunciante, município, estado, contatos e a denúncia.



(Recorte da vinheta do quadro)

A arte do quadro possui um rato como elemento de destaque, fazendo uma referência aos estereótipos que estão ligados à ele. Alguém associado a um rato poderia ser qualificado no senso comum como ladrão, sujo, oportunista. Para completar a mensagem simbólica expressa na vinheta, o rato estilizado na imagem usa uma gravata, uma referência ao figurino das autoridades políticas no Brasil.

Até o dia 06 de julho de 2015 um total de 13 reportagens foram exibidas no quadro. Percebe-se que houve a busca de uma regularidade de exibições no primeiro mês em que o quadro foi ao ar, mas atualmente ele não é veiculado todos os domingos. Na realidade, nos primeiros meses, ele foi exibido em todas as edições do fantástico: 02/11/14, 9/11/14, 16/11/14, 23/11/14, 30/11/14. No mês seguinte, apenas uma reportagem foi exibida: 14/12/14, o que aconteceu também com janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 2015, sendo as datas 18/01/15, 01/02/15, 22/03/15, 19/04/15, 10/05/15, respectivamente. Já no mês de junho, duas reportagens foram exibidas, nos dias 21/06/15 e 28/06/15.

Não é possível afirmar se a redução do quadro se deu por falta de denúncias que são a matéria prima para a execução das reportagens, ou pela escolha de conteúdo dos editores do programa, que não priorizaram o quadro. De qualquer forma, percebe-se que não há uma preocupação em mantê-lo regularmente, com exibição em todos os domingo.

Para compreender como a dinâmica do quadro acontece e de que forma a reportagem é conduzida, foram escolhidas, de forma aleatória duas das treze edições veiculadas, desde sua criação: “Prefeitura de Mangaratiba some com 60 milhões e revolta população”, exibida no dia 01/02/15 e “Uberlândia tem compra de frango de mais de R\$1 milhão sob suspeita”, exibida no dia 28/06/15.

A primeira reportagem refere-se a uma investigação sobre um possível desvio de dinheiro da prefeitura da cidade fluminense; para um município com menos de 40 mil habitantes foram comprados 1,8 milhão de sacos de lixo. Essa cidade é Mangaratiba, no estado do Rio de Janeiro. A reportagem tem início com imagens da cidade, nas áreas nobres, e as belezas da vida à beira mar. De repente, imagens de esgoto a céu aberto e sujeira são intercaladas na tela, e a população aparece reclamando do cheiro, do término das obras, e da prefeitura. O apresentador Tadeu Schimidt anuncia: “Todo brasileiro decente quer saber: cadê o dinheiro que tava aqui?” O repórter encontra pela cidade pessoas em protestos e adesivos questionando o prefeito sobre os 60 milhões que sumiram da prefeitura. Protestos dos moradores usando nariz de palhaço também são flagrados pela reportagem.

A grande questão é que com o número absurdo de sacos de lixo que a prefeitura comprou, Mangaratiba era pra estar com a limpeza pública em dia, entretanto, não é isso que acontecia à época da produção da matéria. A prefeitura comprou 1 milhão e 800 mil sacos de lixo, mas a cidade precisava de em torno de 17 mil sacos por mês, o que indicou que a compra seria suficiente para abastecer 105 meses ou nove anos. No momento em que são revelados os dados, infográficos surgem na tela, ilustrando os números e funcionando como uma ferramenta de retenção da informação. Entretanto, de acordo com o texto da reportagem, os sacos não eram entregues, e notas de recebimento eram emitidas como se o fornecimento estivesse acontecendo normalmente.

A quadrilha funcionava por meio de um esquema de fraude em licitações, esquema conhecido de casos de corrupção. O que acontecia era que a prefeitura fraudava várias licitações. Em uma das frentes, um filho e um sobrinho do prefeito, mais o então procurador-geral do município e dois secretários eram sócios de empresas vencedoras das licitações². A questão é que essas tais licitações não estavam sendo divulgadas para o público. A manobra para fingir que tudo estava acontecendo de forma regular, era que cópias das páginas do Jornal “O Povo” eram forjadas com editais de licitação nos quais

² A licitação funciona como um edital, em que a prefeitura publica o serviço que precisa para que empresas ofereçam a proposta e através de uma análise das licitações a prefeitura possa decidir por aquela que apresente o melhor serviço e preço

eram abertos os editais. Entretanto, o jornal que estava na banca não era o mesmo que era arquivado no processo. Ou seja, a prefeitura mantinha em seus arquivos páginas que na realidade nunca tinham sido publicadas.

Além da fraude na publicação do edital, e na licitação como um todo, a cidade continuava com problemas de saneamento básico, oferecendo aos moradores uma água de péssima qualidade, e desviando recursos que deveriam ser aplicados para melhorias na vida de todos.

Na reportagem são exibidas as notas de defesa dos acusados, evidência de cumprimento dos rituais estratégicos de objetividade tal como conceituados dos Gaye Tuchman (1993). O jornal em questão negou que tenha prestado serviços e recebido dinheiro da prefeitura de Mangaratiba. Também em nota, o prefeito Evandro Capixaba, condenou as denúncias de falsificação das páginas do jornal e disse que o dinheiro público é aplicado com responsabilidade em Mangaratiba.

Em nenhum momento os “denunciantes” são mencionados na reportagem. A intenção do quadro é claramente destrinchar o que está por trás da denúncia, e como em uma boa reportagem procurar desvendar o que está oculto e ouvir os diversos pontos de vista, tendo como prioridade dar voz aos que mais sofrem com o problema. Percebe-se que levar aos cidadãos nomes, dados concretos, e informações palpáveis é a melhor forma de muni-los para exigirem seus direitos. Aí está um pilar muito importante do quadro, que na realidade, funciona como um catalisador para que atitudes cabíveis sejam tomadas. Por mais que o repórter não tenha autonomia para resolver o desvio de dinheiro sozinho, com a reportagem, ele fez com que a população de Mangaratiba reúna as informações para que os cidadãos, juntos, pudessem exigir explicações e novas atitudes das autoridades do município.

A outra reportagem analisada foi a de um suspeito esquema de superfaturamento em Uberlândia, em que frangos que custavam cerca de R\$4 nos mercados, estavam sendo comprados por mais de R\$11 pela prefeitura. A reportagem começa a ser construída por meio de um vídeo em que o vereador responsável pela denúncia aparece indignado e com documentos e informações sobre o preço pago pela prefeitura, em uma sessão na Câmara de Vereadores da cidade.

Ao longo da exibição, são mostrados dados do portal da transparência, de Uberlândia, em que todos os valores das compras dos frangos são declarados. Em seguida, o repórter secreto foi à casa do vereador, e lá conseguiu checar diversos anúncios de

supermercados da cidade em que o preço da ave estava bem abaixo do que a compra feita pela prefeitura. O preço total da compra dos frangos chegou a R\$1.147.379,40.

Para comprovar a desconfiança de superfaturamento, o repórter vai ao Ministério Público e confirma a suspeita; acrescenta que a prefeitura de Uberlândia e diversos vereadores estão sendo investigados. Além disso, o repórter vai atrás das empresas apontadas como fornecedoras, e nos endereços não são encontrados frigoríficos, em nenhum deles. A assessoria do prefeito responde que a compra ficava mais cara devido à retirada de ossos e pele dos frangos, e também com o custo do transporte do mesmo.

No fechamento da reportagem, anuncia-se uma determinação do Ministério Público de que o acordo de fornecimento das empresas listadas no “esquema do frango” seja suspenso, e que estuda uma forma de devolução do dinheiro já gasto com as aves. Por fim, a população é ouvida, sem recursos de vídeo ou edição para preservar o anonimato, e faz suas reclamações ao repórter, clamando por justiça e investigação. Ao final, uma frase dita pelo apresentador é ilustrada pela sua transcrição em arte, no vídeo: Cadê o dinheiro que tava aqui, prefeito Gilmar Machado?

Novamente, os denunciantes não são o foco da reportagem. Entretanto, neste caso, o repórter fez uso da figura pública que já havia denunciado, no município, o caso de corrupção. Os recursos gráficos utilizados na matéria são esclarecedores à medida que provam o que o repórter e os denunciantes afirmam. A tentativa de ouvir o lado dos denunciantes e dos acusados sempre acontece em todas as edições do quadro, em que o repórter aparece tentando falar com os mesmos, seja por telefone, fisicamente ou através da internet. Outro ponto importante é que o repórter investigativo Flavio Faustini expõe o nome dos responsáveis pelas situações criminosas, afirmando o compromisso do programa com as informações ali veiculadas, servindo também de base e insumo para que a população e os vereadores possam tomar medidas que ajudem a solucionar o problema.

Por meio da análise de duas edições do quadro, podemos perceber que a intenção do programa, mais do que denunciar os crimes cometidos por figuras públicas é estabelecer um canal de juízo moral com a sociedade através da investigação concisa e concreta do jornalista secreto. Através das figuras como o rato, da edição da reportagem trazendo os “vilões” corruptos, o quadro estimula um julgamento social dos acusados, e atribui à sociedade o direito e o dever de ir até o fim da denúncia, pois exhibe em rede nacional crimes de pequenas cidades que muitas vezes não possuíram sequer uma aparição nos programas de televisão. Dessa forma, a cada edição, o Fantástico por meio do quadro reafirma a confiança e a conexão que estabelece

com o público, de atuar como fiscalizador a serviço da população e faz com que a relação entre o programa e seus telespectadores seja cada vez mais próxima.

Considerações finais

Parece bem claro que a forma de se fazer jornalismo, e principalmente telejornalismo foi alterada ao longo dos anos por diversos fatores, principalmente pela internet como ferramenta para a apuração e construção das matérias. Além disso, a diversidade da programação televisiva também vem se alterando ao longo dos anos, exemplo do aumento da variedade e de formatos de oferta de novelas e outros programas de entretenimento na TV.

Entretanto, ainda que muitas das questões que são consideradas importantes pela sociedade sejam por vezes não problematizadas na TV, maior veículo de informação do país quanto à penetração, nos telejornais, espaço reservado para o exercício do jornalismo, o exercício da função social ainda acontece, ainda que em outros formatos. A boa e velha relação entre jornalista e sociedade ainda resiste e se mostra cada vez mais carente de atenção. Quadros como o aqui analisados são importantes para manter viva a responsabilidade do jornalismo em fornecer aos cidadãos informações importantes para seu convívio social, econômico, político e social.

Com o uso de diversas ferramentas da tecnologia, o quadro ganha mais elementos e maior alcance. Através da dinamização da reportagem, o assunto, mesmo que às vezes seja regional, atinge, emocionalmente, todo o país, uma vez que o programa é exibido em rede nacional. É nessa exibição em grande escala que o programa imprime a importância que dá ao menor dos casos de corrupção. Seja ele numa cidadezinha do Rio de Janeiro ou em uma grande capital, as denúncias sempre tem espaço, e tem reflexos também na percepção política da população, em diferentes extratos, o que também pode se vincular aos interesses comerciais da emissora.

A manutenção dessa relação entre jornalistas e fontes é cada vez mais importante para uma televisão que aposta na interatividade como construção de uma audiência satisfeita e colaborativa. Entretanto, ainda é preciso que haja um esforço maior em ampliar a participação dessas fontes no processo de construção dos quadros, para que suas impressões não se limitem a sete ou 10 minutos de inserção em um programa com mais de duas horas de duração. Dessa forma, é possível que o equilíbrio entre interesse público e interesse do público encontre uma estabilidade construtiva para ambas as partes.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Iluska. **A informação na TV pública**. Juiz de Fora: Editora Insular, 2013.

GUARESCHI, Pedrinho A. Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder. Revista Debates, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 6-25, 2007. Disponível em <http://www6.ufrgs.br/seermigrando/ojs/index.php/debates/article/viewFile/2505/1286>

LAZARFELD, Paul F; MERTON, Robert K. **Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social**. In LIMA, Luiz Costa. Teoria da Cultura de Massa. Ed: Paz e terra, 2005.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada à sério**. São Paulo, Ed: Senac, 2000.

MOREIRA, Denise. **O poder criminalizante da mídia no processo penal: Uma análise sob a perspectiva de um processo justo**. Monografia de conclusão do curso de direito da UFJF, 2006.

PORTO, M. S. G. **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea**. Revista Sociologias, Porto Alegre – RS, v. 8, jul./dez, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a07.pdf>.

RIBEIRO, Renato Janini. **O afeto autoritário: televisão, ética e democracia**. - Coria, SP. Ed: Ateliê Editorial, 2004.

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo Público: informação, cidadania e televisão**. São Paulo. Ed: Unesp, 2011.

SOARES, Murilo César. **Jornalismo e cidadania, em duas abordagens**. Trabalho submetido ao Grupo de Trabalho “Estudos de Jornalismo”, do XVII Encontro da Compós, na UNIP, São Paulo, SP, em junho de 2008. Disponível em http://74.125.47.132/search?q=cache:sR3bRivq1ckJ:www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D420+Jornalismo+e+cidadania+em+duas+abordagens&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico. In TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias, estória**. Lisboa, Ed: Vega, 1993.

WEBER, Max. **Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa**. Revista acadêmica Semestral. Programa de pós graduação em Jornalismo e Mídia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão**. São Paulo: Ed: África, 2006.

Página oficial do quadro. Disponível em <http://g1.globo.com/fantastico/quadros/Cade-O-Dinheiro-Que-tava-Aqui/index.html> Acessado em 08/06/15 às 21:40h.

Página de denúncia do quadro. Disponível em <http://g1.globo.com/fantastico/cade-o-dinheiro-que-tava-aqui/index.html> Acessado em 08/06/15 às 22h.